

EMENDA

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Designa o Vereador, Luiz Almir

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias.

Em, 21/12/18

**Ver. Luiz Almir
Presidente**



CMNat - Projeto de Lei
Número: _____
Data: _____

CMNat - Projeto de Lei
Número: 98/17
Data: 4/2/18

**GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.**

Projeto de Lei nº 00096/17

Interessado: Vereador Aldo Clemente e Subscrito pelo Vereador Robson Carvalho

PARECER

I - RELATÓRIO

Trata-se da análise de projeto de lei nº 00096/17, para dispor sobre a regulamentação do uso de espaços públicos situados na orla, praças, parques e outras áreas verdes do município, para fins de orientação e treinamento, em caráter regular, de atividades físicas e esportivas em grupos, por profissionais de educação física e/ou pessoas jurídicas deste segmento, e das outras providências.

Após isso, o vereador Sandro Pimentel opinou pela alteração do projeto, para que o presente projeto esteja em sintonia com as resoluções do conselho de classe.

No mesmo passo, a comissão de constituição e justiça emitiu parecer favorável, nos mesmo termos propostos pelo Vereador Sandro Pimentel.

Após isso a procuradoria legislativa opinou pelo prosseguimento deste projeto, ante a sua constitucionalidade.

É o breve relatório.

II - ANALISE

O objetivo primordial deste Projeto de Lei para dispor sobre a regulamentação do uso de espaços públicos situados na orla, praças, parques e outras áreas verdes do município, para fins de orientação e treinamento, em caráter regular, de atividades físicas e esportivas em grupos, por profissionais de educação física e/ou pessoas jurídicas deste segmento, e das outras providências.

Ante o parecer da comissão de constituição e justiça, opinando pela alteração sugerida pelo vereador Sandro Pimentel, não restou decisão a ser tomada, senão seguir o parecer desta comissão.

É importante destacar, que o presente projeto não contraria a constituição, bem como não onera o erário.

Passando para outro ponto, sobre a competência municipal para legislar neste assunto o art. 30 da Constituição Federal, disciplina sobre aludido tema, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material que lhe reservou a própria Constituição cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local.

Ademais, o art. 63 do Regimento Interno desta casa Legislativa, ordena a competência para essa comissão analisar os referidos projetos que poderão gerar algum impacto orçamentário, *In verbis*:

Art. 63 – A comissão de finanças, orçamento e fiscalização tem as seguintes áreas de atividades:

I – Aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a sua compatibilidade com plano plurianual de investimento, a lei de diretrizes e o orçamento anual e quanto a sua adequação a eles.

(grifamos).


Assim, tendo em vista a constitucionalidade do referido projeto de lei e a competência desta comissão para analisar o caso, bem como a ausência de impacto financeiro para esse município, o parecer favorável após as alterações sugeridas é a única medida correta a ser tomada.

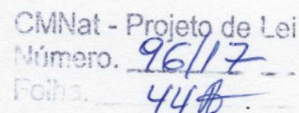
III - VOTO

Isto posto, após análise do mérito do Projeto de Lei nº 00096/17, para que sejam feitas as alterações proposta pelo Vereador, e após isso, dou parecer **FAVORÁVEL**,

pelo fato de o mesmo atender ao interesse público, não apresentar vícios de constitucionalidade, nem tampouco contrariar a Lei Orgânica do Município.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 17 de Abril de 2019.


AROLDO ALVES DA SILVA
Vereador-PSDB



() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção